

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Aos Senhores Acionistas,
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2013.

Mensagem da Administração:
O Governo Federal do Brasil, visando acelerar os investimentos necessários para adequar a infraestrutura aeroportuária ao crescimento da demanda de passageiros, que deverá atingir altos índices principalmente nos grandes eventos esportivos que o país sediará, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, decidiu conceder à iniciativa privada em 2011 três aeroportos: Viracopos, Brasília e Guarulhos. Os consórcios vencedores tem participação acionária de 51% e a Inframerica, estatal que administra estes aeroportos, 49%.

A proposta vencedora pela concessão do Aeroporto de Brasília foi a apresentada pelo Consórcio Inframerica que é fruto da união da Infravix Empreendimentos S.A., empresa controlada pelo grupo Engevix, com a Corporación América S.A., empresa argentina com experiência internacional em concessões aeroportuárias. Cada empresa detém 50% de participação no consórcio.
Como deveres estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto. Até o evento, o Consórcio irá trabalhar na reforma dos terminais (TPS1) e (TPS2) e na construção de um novo terminal, com 15 novas posições de embarque, divididas em dois piers, aumentando de 13 para 28 o número de pontes de acesso aos aviões.

Fatos relevantes:
O primeiro ano completo de operação do aeroporto foi marcado pelo avanço das obras, melhorias operacionais, forte atuação em maximização de receitas não tarifárias e crescimento do número de passageiros.
O avanço físico das obras está em linha com o programado, em torno de 70% de conclusão até a data de encerramento deste exercício e o compromisso da administração é entregar todas as obras programadas conforme os prazos pactuados no contrato de concessão. Algumas entregas já foram realizadas em 2013 como a ampliação do estacionamento que dobrou sua capacidade, novos banheiros, reformas no terminal 2, novo sistema de restituição de bagagem, dentre outros.

Em 2013, a Companhia pagou a primeira das vinte e cinco parcelas da Outorga, no valor de R\$ 194 milhões. Para fazer frente a este compromisso e disponibilização de recursos para a obra, foi aportado pelos acionistas na forma de capital social e AFAC o valor de R\$ 261 milhões em 2013, totalizando um aporte acumulado desde o início da concessão em R\$ 363 milhões.
Para financiamento da obra, além do aporte dos acionistas, a Companhia obteve a liberação do empréstimo-ponte com o BNDES no valor de R\$ 488 milhões em dezembro foi aprovado o financiamento de longo prazo no valor de R\$ 840 milhões com BNDES e Caixa Econômica Federal, para liberação em 2014 quando será liquidado o empréstimo-ponte.

O resultado alcançado na operação do ano, um EBITDA de R\$ 140 milhões está alinhado com o planejamento, com destaque para as receitas não-tarifárias que apresentaram crescimento de 103% em relação ao ano completo de 2012, incluindo os onze meses que ainda estavam sob administração da Inframerica. Neste período foram fechados contratos com grandes empresas do mercado varejista e gastronômica. A quantidade total de passageiros saiu de 15,9 milhões em 2012 para 16,6 milhões em 2013, um aumento de 4,5%. A grande vantagem deste crescimento foi gerada pelos passageiros em conexão, onde tivemos um crescimento de 8,8 % consolidando a vocação do Aeroporto de Brasília como o maior hub da aviação doméstica no Brasil. Abaixo quadro demonstrativo do EBITDA ajustado:

DRE Contábil 2013	Incorporação Subsidiárias(a)	Margem da Construção (Nota 18(a))	Ajustes para EBITDA Ajustado		Resultado Ajustado
			Outorga Fixa (Nota 18(a))	Outorga Variável (Nota 18(b))	
899.481	112.139	(718.374)			293.246
(844.385)	(34.914)	704.288	60.994	7.969	(106.048)
55.096	77.225	(14.086)	60.994	7.969	187.198
(986)	(5.338)				(6.324)
(18.605)	(14.191)				(32.796)
(64.726)	64.726				
(8.125)	(81)				(8.206)
(37.346)	122.341	(14.086)	60.994	7.969	139.872
(11.858)	(111.531)		125.294		1.905
(49.205)	10.810	(14.086)	186.288	7.969	141.777
(6.625)	(10.810)				
(55.830)	-				
					415
					(1.905)
					140.287

(d) Demonstração do Resultado do Exercício das empresas subsidiárias "Comercial" e "Estacionamento" antes da incorporação.
A Companhia continua buscando maximização de resultado em todas as frentes. Em 2014 após conclusão das obras de ampliação haverá melhores condições operacionais para redução de custos e ampliação das receitas não-tarifárias com a disponibilização de novos espaços que serão explorados por marcas importantes em um layout totalmente remodelado para melhor atender o cliente e proporcionar maior geração de valor. Outro ganho importante ocorrerá na redução da carga tributária com a entrada em vigor da nova alíquota de ISS que passará a ser de 2%, a partir de 1º de janeiro de 2014. A alíquota de 2013 era 5%.

O ano de 2014 será de grandes desafios, com a Copa do Mundo, quando será exigido o máximo da Inframerica para o atendimento dos clientes que passarão pelo aeroporto e esperam ter a melhor experiência pela grande expectativa gerada do que será o novo aeroporto. Todo o investimento realizado pela Companhia vai de encontro ao atendimento desta demanda concentrada nos grandes eventos esportivos e aumento da capacidade operacional do Aeroporto.

Brasília, 11 de abril de 2014

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2013	2012
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	36.760	59.697
Contas a receber de clientes (Nota 6)	31.468	15.022
Partes relacionadas (Nota 7)	8.653	48.922
Tributos a recuperar (Nota 8)	13.053	170
Despesas antecipadas	3.418	1.211
Outros ativos (Nota 9)	22.257	24
	115.609	125.046
Ativo não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8)	27.275	
Tributos diferidos (Nota 9(b))	2.400	9.025
Contas a receber de clientes (Nota 6)	600	
Outros ativos (Nota 9)	1.339	
	31.514	9.025
Intangível (Nota 10)	3.470.452	2.582.013
Imobilizado (Nota 11)	1.867	1.143
	3.474.716	2.584.159
Total do ativo	3.619.442	2.717.227

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
Passivo		
Passivo circulante		
Salários e encargos sociais	8.869	1.152
Fornecedores (Nota 12)	37.269	10.210
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	521.309	
Tributos a recolher	7.195	2.175
Partes relacionadas (Nota 7)	30.584	297
Compromissos com o poder concedente (Nota 14)	213.674	196.320
Outros passivos (Nota 15)	16.939	7.620
	835.840	242.274
Passivo não circulante		
Compromissos com o poder concedente (Nota 14)	2.481.260	2.391.515
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	13.735	
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16(b))	120.543	
	2.615.538	2.391.515
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 16(a))	243.251	243.251
Capital social a integralizar (Nota 16(a))		(140.457)
Prejuízos acumulados	(75.187)	(19.356)
	168.064	83.438
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.619.442	2.717.227

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais)

	Exercício Findo em 31/12/2013	Período de 18/05/2012 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Receita	926.076	71.015
Receitas tarifárias	149.684	12.459
Receitas não tarifárias	58.018	
Receita de construção	718.374	58.556
Insumos adquiridos de terceiros	(810.964)	(78.847)
Custos operacionais	(78.661)	(6.305)
Custos do serviço de construção	(704.288)	(57.409)
Outras despesas	(27.717)	(15.133)
Valor adicionado bruto	115.382	(7.832)
Depreciação e amortização	(61.408)	(3.550)
Valor adicionado líquido produzido	53.974	(11.382)
Valor adicionado recebido em transferência	(61.162)	(2.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(64.726)	(3.849)
Receitas financeiras	3.564	858
Valor adicionados total a distribuir	(7.188)	(14.373)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.757	4.770
Remuneração direta	17.260	4.342
Benefícios	1.888	258
FGTS	609	170
Impostos, taxas e contribuições	13.463	(7.002)
Federais	554	(7.872)
Municipais	7.485	622
ANAC	5.424	248
Remuneração de capitais de terceiros	15.422	7.215
Juros variações cambiais e outros	15.422	7.215
Remuneração de capitais próprios	(55.830)	(19.356)
Prejuízo do Exercício	(55.830)	(19.356)
Valor adicionado Distribuído	(7.188)	(14.373)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Exercício Findo em 31/12/2013	Período de 18/05/2012 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 17)	899.481	69.241
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(844.385)	(68.078)
Lucro operacional bruto	55.096	1.163
Despesas de comercialização	(986)	(1.001)
Despesas administrativas (Nota 19)	(18.605)	(5.255)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas (Nota 20)	(64.726)	(3.849)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(8.125)	(13.082)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(37.346)	(22.024)
Receitas financeiras	3.564	858
Despesas financeiras	(15.422)	(7.215)
Resultado financeiro líquido (Nota 22)	(11.858)	(6.357)
Prejuízo operacional antes dos impostos sobre o lucro	(49.205)	(28.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	(6.625)	9.025
Prejuízo do exercício/periódico	(55.830)	(19.356)
Prejuízo por lote de mil ações - Em reais	(0,23)	(0,08)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital - AGE 24 de maio de 2012 (Nota 16(a))	24.325		24.325
Integralização de capital - AGE 20 de novembro de 2012 (Nota 16(a))	19.986		19.986
Integralização de capital - AGE 14 de outubro de 2012 (Nota 16(a))	58.483		58.483
Prejuízo do exercício originalmente apresentado		(32.798)	(32.798)
Ajustes (Nota 2.18)		13.442	13.442
Prejuízo do período ajustado (Nota 2.18)		(19.356)	(19.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	102.794	(19.356)	83.438
Integralização de capital (Nota 16(a))	140.457		140.457
Prejuízos do exercício		(55.830)	(55.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	243.251	(75.187)	168.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") assinado em 14 de junho de 2012. Com base no Decreto 7.531/2011, emitido pelo então ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Licitação 2/2011. A concessão se dará no prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases: Fase 1-A: Transferência do aeroporto. Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço. Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A Fase 1-A está dividida em três estágios sendo o último o início das operações pela Inframerica acompanhado pela Inframerica já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Inframerica. Este estágio teve início em 1º de dezembro de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2013. A fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço, teve início em 2013 e está em andamento. Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Inframerica é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. A Inframerica constitui em 09 de novembro de 2012 três subsidiárias integrais: Inframerica Comercial S.A., Inframerica Estacionamentos S.A. e Inframerica Telecomunicações S.A. para registro das receitas não tarifárias e não reguladas pela ANAC. As receitas tarifárias são exploradas na Companhia. Na Inframerica Telecomunicações S.A. não há movimentação financeira. Em 2013 a Companhia reavaliou a necessidade de manter as subsidiárias à luz do contrato de concessão e decidiu incorporar as subsidiárias Inframerica Comercial S.A. e Inframerica Estacionamentos S.A. à Inframerica em 31 de outubro de 2013 e 20 de dezembro de 2013, as subsidiárias integrais - Inframerica Comercial S.A. ("Comercial"), e Inframerica Estacionamentos S.A. ("Estacionamento"), respectivamente, foram incorporadas pela Companhia, tendo como base laudo elaborado por empresa especializada, considerando critério de patrimônio líquido contábil. A incorporação ocorreu em função do processo de reestruturação societária entre as sociedades envolvidas, com o objetivo de trazer maior eficiência operacional e administrativa e foi efetuada com base no valor do acervo líquido na data-base de incorporação de cada subsidiária.

	Comercial	Estacionamento
Ativo Circulante	192	856
Passivo Circulante	(2.417)	(502)
Acervo Líquido	(2.217)	(502)

A incorporação das subsidiárias integrais não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia, pois houve a realização do investimento registrado no ativo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2014.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base da preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não realizou transações caracterizadas como outros resultados abrangentes nos exercícios de 2012 e de 2013. Consequentemente, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada. **(a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia não está apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012 em decorrência da incorporação das investidas no exercício de 2013. Adicionalmente, a sua controladora Inframerica Participações S.A. divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente convertíveis e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros:** **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e compreendem os saldos mantidos em fundo de investimento em renda fixa, categorizados como "Caixa e equivalentes de caixa". **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto quando o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação dos critérios de classificação do ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são adicionados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os critérios de reconhecimento de perda são atendidos. Os ativos financeiros são baixados quando os critérios de reconhecimento de perda são atendidos. Os ativos financeiros são baixados quando os critérios de reconhecimento de perda são atendidos. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.3.3. Instrumentos**

derivativos e atividades de hedge: A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge. **2.4. Contas a receber de clientes:** O contas a receber corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). **2.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment constituída em montante julgada suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento; • Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgada suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre o contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas internas. **2.6. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.8. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.9. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém no Contrato de Concessão que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **2.11. Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **(a) Direito de concessão (outorga):** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não adota a concessão o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar

receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo. **(c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
DVA			
Recalculadas.....	71.015		71.015
Insumos adquiridos de terceiros.....	(86.277)	(7.430)	(78.847)
Depreciação e Amortização.....	(3.534)	16	(3.550)
Valor adicionado recebido em transferência.....	(2.991)		(2.991)
Valor adicionado total a distribuir.....	(21.787)	(7.414)	(14.373)
Salários e encargos.....	4.770		4.770
Impostos e taxas.....	(13.927)	(6.925)	(20.852)
Despesas com juros.....	20.168	12.953	33.121
Prejuízo do exercício.....	(32.798)	(13.442)	(46.240)
Valor adicionado distribuído.....	(21.787)	(7.414)	(14.373)

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. No entanto, em premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Reconhecimento de receita de construção:** Conforme OCP 05, quando os serviços de construção representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, é realizado à medida que os serviços de construção são prestados. O OCP05 determina também que quando a Companhia presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas à construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. A contabilização das receitas e custos da construção, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, deve seguir o CPC 17 - Contrato de Construção. A Companhia usa o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. Assim a receita do contrato é reconhecida na demonstração do resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. Por este método é possível verificar a proporção dos custos incorridos até a data em contraponto às custos estimados totais do contrato, medição do trabalho executado e execução de proporção física do trabalho contratado. No encerramento do exercício, após inclusão de aditivos ou avanço físico da obra da Fase 1-B, contratada com o consórcio construtor, Helvix S.A., passa para um saldo de R\$ 1.106.022 com um avanço físico de 68,86%. Adicionalmente, a margem da construção estabelecida pela administração é de 2% sobre o custo. A seguir o resultado de construção:

	2013	2012
Reculta da Construção.....	718.374	58.556
Custo da Construção.....	(704.288)	(57.409)
Margem de Lucro.....	14.086	1.147

(b) Amortização do intangível: A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão, o cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva da demanda. Em 2013, a taxa utilizada foi de 2,29% (2012 - 0,13%) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. **(c) Valor justo do ativo financeiro:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza os seguintes métodos para determinar o valor justo de ativos e passivos: **(a) Taxa de desconto:** O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **(f) Apuração de tributos diferidos:** É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(g) Provisões:** A Companhia não é parte em processos judiciais. Dessa forma, não foi registrada provisão para ações judiciais para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso.

4 GESTÃO DE CAPITAL

4.1. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos. **4.2. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. **4.3. Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 720.231, devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, que por se tratar de uma operação estruturada, vinculada a um cronograma de execução da obra do Aeroporto de Brasília, neste momento, assume a condição de emprestimo ponte com consequente característica de curto prazo. Considerando que a Companhia cumpriu com os pré-requisitos previstos até esse momento no cronograma de execução, essa dívida está sendo convertida em dívida de longo prazo, inclusive com a liberação da política de crédito adicional. Para fazer frente às obrigações presentes (Compromisso junto ao Poder Concedente - outorga) está presente no Plano de Negócios da Companhia aportes de capital efetuado por seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade do negócio.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa.....	195	
Contas Correntes.....	2.050	28
Aplicações financeiras (a).....	34.515	59.669
	36.760	59.697

(a) As aplicações financeiras são quotas de Fundo de Investimento de renda fixa, a uma taxa média de 98,8% do CDI, com liquidez imediata.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2013	2012
Circulante		
De atividades tarifárias		
Passageiros.....	14.529	11.719
Aeronaves.....	4.076	2.935
Cargas.....	3278	368
	18.933	15.022
Atividades não tarifárias		
Estacionamento.....	607	
Cessão de Espaço.....	15.769	
Outros.....	366	
	35.675	15.022

	2013	2012
Perda Estimada		
Risco de crédito.....	(1.853)	
Vencidos a mais de 3 meses.....	(2.354)	
	(4.207)	
	31.468	15.022

	2013	2012
Não Circulante		
Atividades não tarifárias - Cessão de Espaço.....	600	
	32.068	15.022

7 PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	2013	2012
Ativo:			
Despesas a recuperar - Inframerica Comercial S.A.....		17.948	
Despesas a recuperar - Inframerica Estacionamento S.A.....		3.167	
Adiantamento - Helvix S.A. (a).....	6.990	27.807	
Contas a receber - Infratiro (b).....	1.057		
Despesas a recuperar - Inframerica Telecomunicações.....	24		
Despesas a recuperar - Inframerica Participações.....	326		
Despesas a recuperar - Inframerica ASGA.....	256		
	8.653	48.922	
Passivo:			
Implantação Projeto Aeroporto - Infravix.....	(7.165)		
Implantação Projeto Aeroporto - Corporação America S.A.....	(13.347)		
Engenharia Engenharia S.A.....	(1.052)		
Salários a pagar - Infraser S.A. (c).....	(331)		
Salários a pagar - Helvix S.A. (d).....	(27.563)		
Valores a pagar - Infratiro (e).....	(2.690)		
	(30.584)	(24.797)	
Reculta (despesa)			
	2013	2012	
Recuperação de despesas - Inframerica Comercial S.A. (f).....	17.948		
Recuperação de despesas - Inframerica Estacionamento S.A. (f).....	3.167		
	21.115		
Despesas de salário - Infratiro (c).....	(2.927)		
Despesas com Projeto Aeroporto - Infravix (g).....	(7.165)		
Despesas com Projeto Aeroporto - Corporação America S.A. (g).....	(13.347)		
Valores a pagar - Helvix S.A. (d).....	249		
Custo da construção - Helvix S.A. (d).....	(704.288)		
	(707.215)	(81.154)	

(a) Adiantamento feito para a HELVIX - Consórcio Construtor das obras, conforme o contrato de empreitada de obras de ampliação, adequação e reforma do Aeroporto Internacional de Brasília. (b) Cobrança realizada pela INFRAERRO, de valores de telefonia devidos a Companhia. (c) Referem-se aos encargos e salários dos funcionários cedidos pela Infratiro os quais participaram e deram suporte ao processo de transição da administração do Aeroporto Internacional de Brasília. (d) Saldo de Medição do Contrato EPC da obra a pagar. (e) Itens de almoxarifado transferidos da Infratiro para Companhia. (f) Refere-se a recuperação de parte das despesas financeiras decorrentes do compromisso com o poder concedente, notadamente, o ajuste a valor presente e a correção monetária incidentes sobre a outorga mediante critério de rateio estabelecido pela administração. (g) Despesas pré-operacionais incorridas pelos sócios a serem reembolsadas pela Companhia ou utilizadas como aumento de capital.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	2013	2012
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF.....	1.012	133
Contribuição social s/lucro líquido - CSLL.....	34	
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS.....	109	
Programa de integração social - PIS.....	58	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS.....	249	
Programa de integração social - PIS (a).....	2.068	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS (a).....	9.523	
Outros.....		37
	13.053	170

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa

	2013	2012
Não Circulante		
Programa de integração social PIS (a).....	4.865	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS (a).....	22.410	
	27.275	
	40.328	170
Total.....		
(a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível separado entre circulante e não circulante de acordo com o prazo legal de utilização. Devido a imaterialidade dos referidos créditos em 2012, o registro desse ativo iniciou em 2013.		

9 OUTROS ATIVOS

	2013	2012
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a).....	18.342	4
Materiais de manutenção a consumir.....	2.892	
Benefícios a funcionários.....	690	
Outros.....	333	20
	22.257	24
Não Circulante		
Outros.....	1.239	
	23.496	24

(a) O saldo de adiantamento é composto, em mais de 90%, por fornecedores das atividades de obras.

10 INTANGÍVEL

	Infraestrutura	Outorga de Concessão	Projetos	Software	Total
Em andamento					
Aquisições.....	7.410	238	2.555.877	613	36
Capitalização da correção monetária.....		20.191			
Margem da receita de construção.....	1.147				
Amortização do intangível.....		(3.503)		(1)	(3.504)
Amortização da correção monetária.....		(28)			(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 *	8.557	238	2.572.570	613	35
Aquisições.....	754.007	7.493		5.330	13
Capitalização dos juros.....		17.165			176.843
Capitalização da correção monetária.....		151.508			151.508
Margem da receita de construção.....	14.086				14.086
Amortização do intangível.....		(161)	(58.628)		(8)
Amortização da correção monetária.....			(2.366)		(2.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	776.650	7.570	2.680.249	5.943	40

* Vide Nota 2.18

11 IMOBILIZADO

	31/12/2012	Adições	Transferências	31/12/2013	Taxa anual depreciação
Custo					
Instalações.....	137	2	(20)	117	
Máquinas e equipamentos.....	88		20	110	
Móveis e utensílios.....	316	386		702	
Equipamentos de informática.....	616	581		1.197	
	1.157	969		2.126	
Depreciações Acumuladas					
Instalações.....	(1)	(10)		(11)	10%
Máquinas e equipamentos.....	(2)	(12)		(14)	10%
Móveis e utensílios.....	(3)	(51)		(54)	10%
Equipamentos de informática.....	(8)	(172)		(180)	20%
	(14)	(245)		(259)	
Total.....	1.143	724		1.867	

12 FORNECEDORES

	2013	2012
Forneceores nacionais - obras.....	18.238	10.210
Forneceores nacionais - gerais.....	17.804	
Forneceores estrangeiros.....	1.227	
	37.269	10.210

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2013	2012
Circulante		
Empréstimo ponte (a).....	495.303	
Capital de giro (b).....	25.959	
Leasing.....	47	
	521.309	
Não circulante		
Capital de giro (b).....	13.653	
Leasing.....	82	
	13.735	
	535.044	

Total dos empréstimos e financiamentos..... 1.056.353
(a) O empréstimo ponte contratado em 14 de janeiro de 2013 pelo valor de R\$ 488.000, com correção de TULP + 2,4% a.a. Possui vencimento em fevereiro de 2014 (com liquidação confirmada pelo emitente na referida data), com posterior vinculação à primeira tranche do empréstimo de longo prazo. (b) O capital de giro foi contratado em 22 de novembro de 2013, pelo valor total de R\$ 40.000 ao custo de CDI + 0,65% a.m. O prazo dessa operação é de 18 meses. O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	2013	Valor contábil
Circulante		
Empréstimo ponte (a).....	499.788	495.303
Capital de giro (b).....	42.775	39.612
Leasing.....	142	129
	542.705	535.044

	2013	31 de dezembro de 2013
Banco		
BNDES.....	mai/13	240.000
BNDES.....	jul/13	60.000
BNDES.....	set/13	115.000
BNDES.....	nov/13	73.000
BRB.....	out/13	40.000
City Bank.....	set/13	155
	528.155	

14 COMPROMISSOS COM O PODER CONCEDENTE

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente estão detalhadas na Nota 2.13. A obrigação reconhecida no passivo circulante refere-se a contribuição variável do exercício mais a segunda das vinte e cinco parcelas da contribuição fixa. Esta parcela é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no período.

	2013	2012
Contribuição variável - ANAC.....	7.969	248
Contribuição fixa - outorga.....	2.686.965	2.587.588
	2.694.934	2.587.836

	2013	2012
Circulante		
Não circulante.....	213.674	196.320
	2.481.260	2.391.515
	2.694.934	2.587.836

	2013	2012
(a) Composição da contribuição fixa por ano de vencimento		
2 A 5 anos.....	109.752	86.250
6 A 10 anos.....	412.290	368.985
11 A 15 anos.....	538.846	482.249
16 A 20 anos.....	704.250	630.280
21 A 24 anos.....	716.122	823.751
Não Circulante.....	2.481.260	2.391.515

15 OUTROS PASSIVOS

	2013	2012
Adiantamento de clientes.....	5.729	-
Repasso FNAC (a).....	2.626	898
Repasso ATA		